



## Exame de Direito Romano – Turma B

### Coincidência

26 de Janeiro de 2021

### GRELHA DE CORRECÇÃO

---

Responda, fundamentadamente, a **quatro (4)** dos seguintes temas:

1. As *Leges Liciniae Sextiae* e a transformação política e jurídica em Roma.

R. Explicitar em que consistem as *Leges Liciniae Sextiae*, apresentar a data e identificar as diferentes *leges*. Referir a importância no processo de paridade entre patrícios e plebeus e na transição entre Monarquia e República, bem como as transformações políticas ocorridas: o aparecimento do pretor e a ascensão dos plebeus ao consulado.

2. O processo de formação das *leges rogatae* e a intervenção do Senado.

R. Enunciação do processo legislativo romano no que se refere à *lex rogata*. Principais fases. Referência ao papel do Senado no processo legislativo romano. A *auctoritas patrum*. Identificação da *Lex Publilia Philonis* e da sua relevância. Efeitos em matéria de processo legislativo romano e interpretações

3. O processo judicial romano durante o período da República: a intervenção do pretor e do *judex*.

R. Referir a função jurídica do pretor. Explicar o funcionamento do tribunal do pretor: a fase *in iure* e *apud iudicem* e a função do pretor e do *judex*. A *litis contestatio*. Referir em que consiste uma *actio* e uma fórmula. Abordar o processo judicial romano antes da *Lex Aebutia de Formulis* de 130 a.C. e após esta lei. Enunciar as consequências na transição de um processo baseado nas *leges actiones* para um baseado no *agere per formulas*.

4. As magistraturas maiores em Roma: características e competências.

R. Conceito de magistratura; gênese das magistraturas na transição da Monarquia para a República; distinção entre magistraturas ordinárias e magistraturas extraordinárias; distinção entre magistraturas maiores e menores. As características das magistraturas maiores: *imperum*, *potestas* e *iurisdictio*. Os poderes dos magistrados: *ius auspiciorum*, *ius edicendi*, *coercitivo* e *intercessio*. Caracterizar as magistraturas maiores permanentes – cônsul, censor, pretor – e os magistrados extraordinários – ditador e tribuno da plebe.

5. A Lei das Citações e a funcionalização da *iurisprudentia* no dominado.

R. Referir a autoria, contexto jurídico-político, datação e conteúdo da Lei das Citações. Identificação dos juristas mencionados na Lei das Citações e critérios de utilização e ponderação das opiniões dos juristas citados em juízo. O valor jurídico da *iurisprudentia* no quadro das fontes do direito romano. A influência da Lei das citações para a sedimentação de um sistema de jurisprudentes entendidos como funcionários do Imperador.

6. O *consuetudo* como resposta às constituições imperiais no dominado.

R. Explicar a evolução política do Principado e do Dominado como afirmação do poder político e jurídico e de transformação da sociedade romana. Definir constituição imperial e enunciar a sua evolução temporal. A constituição imperial equiparada a *lex*. Definir *consuetudo* e explicar a sua utilização pelo *populus* romano como reacção ao poder centralizador do Imperador a nível político e legislativo.

**Duração: 90 minutos**

**Cotações: 5 valores cada questão**

